

Recesso evita gastos extras

■ Executivo vai economizar R\$ 9,5 milhões com a suspensão dos trabalhos no Congresso

Brasília - J. França

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA - As lideranças políticas da Câmara e do Senado decidiram que o Congresso terá recesso parlamentar em julho. A maior motivação para a suspensão dos trabalhos, segundo o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), é fazer economia. "O principal motivo é a economia de gastos", revelou Antonio Carlos.

Ele negou que a decisão tenha sido uma estratégia para abafar a mobilização iniciada pelos partidos de oposição, pedindo o impeachment do presidente Fernando Henrique Cardoso, que culminaria com uma marcha nacional até a capital. "Vai haver recesso é para evitar críticas de que os trabalhos extraordinários existam por causa da ajuda de custo. O Congresso está trabalhando para valer e merece descanso", destacou Antonio Carlos.

Extras - A economia com o recesso será de R\$ 9,5 milhões para o Executivo, que paga R\$ 16 mil extras de ajuda de custo, no início e no fim da convocação extraordinária, para os 513 deputados e 61 senadores.

Antonio Carlos adiantou que os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito não serão prorrogados em consequência dessa programação. O mês de julho será dedicado ao exame dos documentos pelos relatores das CPIs. Apenas a fase de depoimentos será suspensa durante a folga. Os prazos continuam os mesmos.

O senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da CPI do Judiciário, entregará seu relatório final até o dia 26 de agosto, e o texto do senador João Alberto (PMDB-MA), relator da CPI



Antonio Carlos Magalhães afirmou que "o Congresso está trabalhando para valer e merece descanso"

dos Bancos, teve o prazo de entrega mantido para a primeira semana de setembro. "Os relatores vão aproveitar para adiantar seus trabalhos, ganhando um mês para estudar os documentos", afirmou Antonio Carlos. Só na CPI do Judiciário há extratos de 94 contas bancárias, fruto da quebra de sigilo, que vão tomar o tempo dos senadores.

Em dia - O presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-

SP), afirmou que está de acordo com o recesso. Para ele, não há necessidade de o governo convocar o Congresso Nacional extraordinariamente, como aconteceu em anos anteriores. "Já foram votados todos os projetos da pauta, e as comissões das reformas tributária e do Judiciário estão com relatórios adiantados", justificou Temer. "Estamos com o cronograma de trabalhos em dia. E as CPIs que quiserem trabalhar internamente pode-

rão fazê-lo sem problemas."

A suspensão dos trabalhos parlamentares poderá reduzir as críticas ao governo e ajudar o presidente a recuperar seu prestígio, em queda desde as denúncias de favorecimento de compradores na privatização das estatais de telecomunicações. Além disso, a crise entre os partidos aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso poderá ser amenizada com a trégua dos trabalhos no Congresso.